

Módulo II
Políticas Sociais
com Ênfase em
Gênero e Geração



*Construindo desenvolvimento
social, econômico e ambiental*





Políticas Sociais, Gênero e Geração

Problematizando...

A problemática acerca das questões como Gênero, Geração, Relações de Poder, entre outras, tem ocasionado debates em todos os espaços da vida social, inclusive na agricultura familiar, devido à necessidade de superação de discursos que por séculos foram pautados pela valorização de apenas alguns sujeitos em detrimento de outros.

Gênero: a construção social do papel da mulher

Ana Maria Colling⁷

Na década de 60 as mulheres do mundo inteiro viraram o mundo de cabeça para baixo, desistindo de seu papel de coadjuvantes para fazerem parte do elenco principal, reivindicando igualdade ao sexo masculino. As teóricas feministas ao questionar a noção de que homens e mulheres eram parte da mesma identidade criaram a categoria “gênero” para teorizar a questão da diferença sexual. Falar em gênero, em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas produzida pela história, pela cultura.

A história de gênero tenta introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada.

A mulher foi construída com uma natureza - “a natureza feminina”. Ao delimitar o espaço privado e doméstico, a função de esposa e mãe como única alternativa digna e possível ao feminino, enclausura-se a mulher no lar, sem acesso à palavra (a palavra pública, do poder) e cria-se a representação de “anjo e rainha do lar”. Figura e lugar santificado que a mulher interpretou como uma homenagem do homem à sua companheira.

Construção do discurso da diferença sexual

A construção da diferença entre os sexos foi realizada por diversos discursos que se preocuparam em descrever o feminino, em normatizar a mulher. Mas por que as mulheres, em sua imensa maioria aceitaram e interiorizaram o modelo construído de si mesma e da relação entre os sexos?

Filósofos, médicos, psiquiatras, padres e pedagogos desenvolveram argumentos que atingiram as mulheres. São elevadas à categoria de rainhas, de deusas, responsáveis pela sociedade; as que recusam a cumprir seus deveres, de esposa e mãe e exemplar, são ameaçadas de serem más e psicologicamente doentes. Todos estes discursos, incansavelmente repetidos, tiveram um efeito decisivo sobre o olhar que as mulheres possuíam de si mesmas.

* Discurso grego – Se recuarmos no tempo à procura da construção inicial do discurso da diferença entre homens e mulheres, chega-se ao pensamento médico/filosófico grego. Segundo este pensamento a mulher possui uma “debilidade” natural e congênita que legitima sua sujeição. Esta subordinação parecia formar parte da ordem natural das coisas. Aristóteles ao analisar a diferença entre machos e fêmeas no mundo animal, ao tomar como objeto de análise o homem e na mulher, transforma diferença em desigualdade. Segundo ele, entre outras tantas diferenças, a mulher possui um cérebro menor que o homem e como todo ser inferior, morre antes. Platão inaugura

⁷ Pesquisadora e Professora do Curso de História e do Mestrado em Educação na UNILASSALE-RS.

a “natureza feminina” que é apresentada como uma evidência dada. O primeiro desvio é o nascimento de uma fêmea. Para Hipócrates a matriz (útero), que circula no corpo da mulher, é a sede dos problemas, centro de doenças femininas. A mulher é uma eterna doente.

*** Discurso Judaico Cristão** – A tradição cristã judaica colaborou de maneira decisiva para a inculcação da inferioridade da mulher. O relato da criação da mulher, bem como a da sua parte na tentação de Adão e sua consequente condenação por Deus, tem efeitos devastadores muito duradouros sobre a imagem da dignidade do feminino. No relato mítico do Éden a mulher retirou a humanidade do paraíso, por isso terá como castigo parir seus filhos com dor e ser dominada pelo marido, o que se revelará numa constante vigilância sobre seus costumes e um rigoroso confinamento doméstico. O mito da criação inaugura os espaços público e privado, a sujeição inerente ao seu próprio ser e o matrimônio e maternidade como as únicas vocações feministas. Segundo Michelle Perrot, o catolicismo recusa obstinadamente a ordenação das mulheres. Isto se explica pela história, pela idéia do pecado e da impureza feminina, pela angústia da carne, que atormenta o pensamento dos padres da Igreja. Também pela transcendência do sagrado, que passa justamente pela recusa da carne, da sexualidade e das mulheres.

*** Discurso Médico** – O discurso médico é sempre invocado para justificar o papel conferido à mulher na família ou na sociedade. A revolução científica não serviu para demonstrar a falsidade dos argumentos filosóficos religiosos sobre a inferioridade das mulheres. “Vós mulheres não são nada além de seu sexo”. E este sexo, acrescentavam os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doenças. “Vós sois a doença do homem”. No século 18 o corpo da mulher se torna coisa médica por excelência. Medicina e psiquiatria unem-se nos preceitos ao feminino. O útero dá identidade à mulher, é a sede dos males e toma conta do intelecto feminino. Cria-se a histerização do corpo feminino, e novamente aparece a maternidade como única saída.

*** Discurso Psicanalítico** – A psicanálise nasce através da histeria, da doença das mulheres. O discurso de Freud empresta um caráter científico à delimitação dos papéis sexuais. O sexo feminino é definido negativamente em relação ao masculino. Mulheres são homens castrados. Pela inveja da falta de um pênis, o feminino não terá senso de justiça e sofrerá de um sentimento de inferioridade.

*** Prática Jurídica** – As leis que normatizaram a vida dos homens e das mulheres seguiram muito de perto os discursos onde o ideal masculino era o da esposa fiel, serviçal e submissa. Os argumentos que os juristas dão para justificar a inferioridade das mulheres vão desde a falta de força física até questões relacionadas com a honra e a moral, e com uma suposta incapacidade intelectual. A inferioridade legal das mulheres teve como consequência uma diminuição de sua capacidade jurídica em relação aos homens. As mulheres são nomeadas e controladas de maneira praticamente igual em todo ocidente. O antigo Código Civil, que vigorou até 2002, transformou-se na bíblia da desigualdade sexual contemporânea. Paradoxalmente, o casamento ao mesmo tempo em que é o passaporte para a minoridade é o anseio e desejo das mulheres.





Mulheres da Feira Agroecológica do Bairro Cango em Francisco Beltrão - PR, 2009. Acervo: INFOCOS

As Mulheres e o Trabalho

O século XIX assistiu a construção da igualdade entre os homens, mas o moderno conceito de indivíduo universal pressupunha somente o indivíduo masculino. Foi assim também nas normativas legais. Os legisladores consideravam a participação da mulher na vida pública incompatível com a constituição biológica, com sua “natureza” tão bem construída. Paradoxalmente a inferioridade feminina residia no reconhecimento da mulher ser o sustentáculo da espécie humana. A maternidade, que deveria ser o signo da positividade feminina transforma-se em signo de inferioridade, em argumento para sua desqualificação.

No século XIX a mulher inicia sua participação em vários ramos de trabalho, por este motivo instala-se um intenso debate entre a compatibilidade da feminilidade com o trabalho assalariado. Os discursos morais centravam-se sobre uma questão crucial: qual o impacto do trabalho nas obrigações da esposa e mãe? Que tarefas são compatíveis com a “natureza feminina”?

Apesar de muitas mulheres já contribuírem para o sustento do lar com trabalho assalariado, um discurso médico sobre a educação das crianças reforçou a pressão em favor da mãe no lar. As novas responsabilidades que os médicos investem sobre as mulheres tornam impossível qualquer trabalho fora do lar. Jornais, romances e políticos apresentam as tarefas maternas como a mais nobre das carreiras: função social que assegura o equilíbrio das famílias, a saúde dos filhos, a felicidade dos indivíduos e a prosperidade da nação.

São apresentadas como morais, frágeis, dóceis, emotivas, amantes da paz, da estabilidade e da comodidade do lar, incapazes de tomar decisão, desprovidas da capacidade de abstração, intuitivas, crédulas, sensíveis, ternas e pudicas. Necessitam por natureza serem submissas, dirigidas e controladas por um homem. Em ambos os casos, mesmo que de maneira contraditória, o discurso simbólico remete a uma natureza feminina, morfológica, biológica e psicológica. Esta “debilidade” natural, congênita das mulheres, legitimaria sua sujeição, inclusive de seu corpo.

Tantos discursos, incansavelmente repetidos, demonstrando que o único lugar permitido a uma esposa e mãe decente é o lar, que o espaço público e o mundo do trabalho é dedicado somente ao homem, que a mulher acaba aceitando e concordando com o lugar social que lhe é destinado. Ao internalizar a naturalidade da discriminação,

torna-se difícil para a mulher romper com esta imagem da desvalorização de si mesma. Ela acaba aceitando como natural sua condição de subordinada, vendo-se através dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina.

Estes discursos que delimitavam o espaço privado e doméstico, a função de mãe e esposa como única alternativa feminina tiveram impacto sobre as mulheres. Muitas necessitando trabalhar fora do lar sentiam-se culpadas por deixar seus filhos em mãos estranhas ou sozinhas. Sentiam-se transgressoras de uma ordem simbólica estabelecida.

Nenhuma das atividades que a mulher assumiu no mundo do trabalho, eliminou sua responsabilidade pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos, assim como não promoveu a valorização do trabalho doméstico. Aliás, a participação das mulheres em todas as atividades só tem feito bem para a humanidade.

Quando se discutia o voto feminino no Brasil, os contrários ao sufrágio universal diziam que a saída da mulher do santuário do lar, para votar, acabaria com a família. Os jornais são incansáveis em caracterizar as futuras cidadãs – “a Eva quer votar”, “o voto da costela”, “as Evas modernas”, são alguns títulos de jornais gaúchos por ocasião da edição do Código Eleitoral de 1932. A mulher conquista o voto e a família continua.

Enfim, a mulher acaba internalizando a naturalidade da discriminação, tornando-se difícil para ela romper com esta imagem de desvalorização de si mesma. Ela acaba aceitando como natural sua condição de subordinada, vendo-se através dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina.

Pesquisando...

- Após a leitura do texto e a explanação da videoaula, o que entendemos por Gênero, e, como as questões levantadas se apresentam no cotidiano da agricultura familiar?
- Como podemos compreender e mudar as situações que nos excluem de participar ativamente da sociedade?

Socialize o texto e o debate da aula com os demais membros da família e construam um quadro em que seja possível visualizar como os diversos membros da família (homens, mulheres, jovens, idosos, crianças) participam do processo produtivo, reuniões e eventos da cooperativa e/ou comunidade, entre outras atividades.

Exemplo:

Membro da Família	Atividades Desenvolvidas
Pai	
Mãe	
Filhos/as	
Outros	



Processo sucessório na agricultura familiar

Problematizando...

O meio rural vem sofrendo um processo de envelhecimento e masculinização, o que significa dizer que a população que permanece no campo está envelhecendo e a maioria dos que permanecem são homens. Vamos falar também da questão da sucessão hereditária, ou seja, de que forma, na atualidade, está acontecendo o processo de transferência da propriedade nas famílias: quem assume a propriedade familiar? O que mudou neste processo nas últimas décadas? O que tem ocasionado a saída, principalmente, de grande número de jovens da agricultura? Como é a situação das filhas mulheres? O que pode ser feito para reverter este quadro?

Agricultura Familiar e Sucessão Hereditária⁸

Milton Luiz Silvestro⁹

Uma importante característica da agricultura familiar é que o pleno exercício profissional por parte das novas gerações compreende o aprendizado de um ofício e a gestão de um patrimônio imobilizado em terras e em outros capitais. A formação de novas gerações de agricultores envolve, portanto, um processo composto por três partes: a sucessão profissional; isto é, a passagem da gerência do negócio e da capacidade de utilização do patrimônio para a próxima geração; a transferência legal da propriedade da terra e dos ativos existentes; e, finalmente, a aposentadoria, quando diminui o trabalho e, sobretudo, o poder da atual geração sobre os ativos que compõem a unidade produtiva.

Neste sentido, estão envolvidos no processo sucessório da agricultura familiar, os seguintes aspectos: a) a herança da terra e do patrimônio; b) a passagem da gerência e dos direitos sobre a propriedade; c) a aprendizagem da profissão de agricultor; e, d) o conhecimento das formas atuais de gestão da propriedade.

A agricultura familiar no passado era, antes de tudo, uma “máquina” de produzir novos agricultores familiares, que estava dentro de um contexto de continuidade: “ficar, continuar, suceder”. Estes eram os valores dominantes do grupo, e, se alguém devia partir, “abandonar a terra”, era por falta de colocação para todo mundo. Para isso, foi necessário cumprir dois objetivos: evitar, tanto quanto possível, o parcelamento do seu patrimônio fundiário - cuja partilha, a partir de um certo ponto, era sinal inequívoco de debilidade - e garantir a instalação de outros membros da família num processo migratório de abertura de fronteira agrícola que, no caso da agricultura familiar do Sul do Brasil, se estendeu do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul, até o Oeste de Santa Catarina, passando pelo sudoeste do Paraná e atingindo o Centro-Oeste ou o Norte do País.

O padrão sucessório vigente na geração passada encontra-se fortemente abalado. Agora o futuro da unidade produtiva será jogado entre as alternativas que os potenciais sucessores encontrarem pela frente. Aqui também fica claro que a profissão de agricultor perde o caráter “moral” que já teve no passado e coloca-se como uma possibilidade entre outras. O atual processo sucessório mostra que acabou a fusão anterior entre o destino da unidade produtiva e o da própria família. A principal hipótese nesse sentido é que houve uma espécie de implosão dos critérios sucessórios e hereditários tradicionais, sem que estes fossem substituídos por outras formas predominantes, e tudo indica que esse é um assunto sobre o qual

⁸Texto elaborado a partir de duas publicações sobre o tema: “Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios” e “Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar”.

⁹Pesquisador do Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar da Epagri de Chapecó-SC. Engenheiro Agrônomo, M.Sc., em Desenvolvimento e Agricultura.

pouco se discute em família.

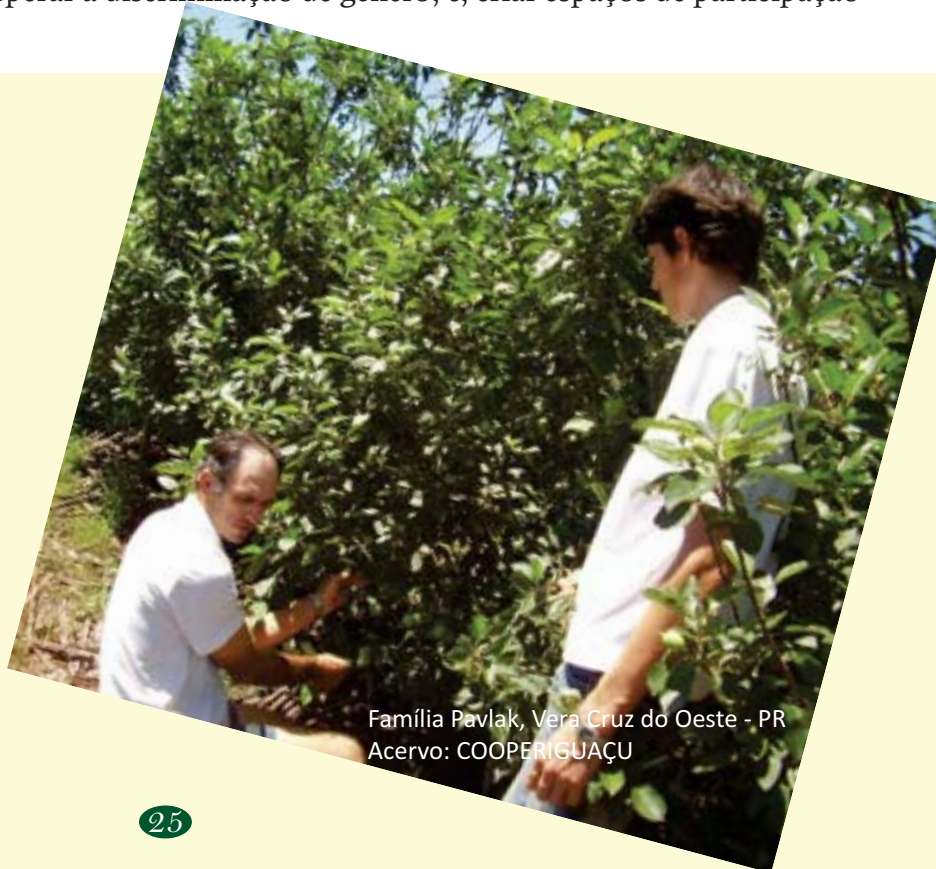
Outro elemento que também chama a atenção é a desigualdade entre os gêneros quanto ao processo sucessório e o sentimento generalizado entre as lideranças femininas regionais de que o viés de gênero prejudicial às moças ainda é dominante nos processos sucessórios. Mesmo com a democratização dos espaços de participação nas relações familiares, a possibilidade de a filha ser sucessora da propriedade paterna parece ser muito pouco considerada. As mudanças nos padrões sucessórios da agricultura familiar implicam, também, numa questão muito importante que está ligada ao pensamento juvenil. Trata-se da mudança das percepções pelos jovens agricultores acerca do processo migratório. Enquanto no passado a migração para a cidade era percebida como um fator de exclusão social; no presente, a permanência no meio rural é percebida como um fator de exclusão social.

Agora no presente estamos falando de um espaço social ampliado, que foi alargado por vários fatores, com grande mobilidade social, onde a família perde espaço como instância de mediação principal. Com isso ocorre uma intensificação dos conflitos familiares, a partir de uma crescente tensão entre as novas oportunidades que surgem para os jovens e a estratégia de vida dos pais, que é a reprodução social da unidade familiar. E, para que isso aconteça, a permanência de pelo menos um filho é fundamental e necessária.

O atual processo sucessório deixa claro que acaba a naturalidade que existia entre o destino da unidade de produção e o destino dos membros da família. A demora na definição do sucessor e a ampliação do horizonte profissional dos jovens, que agora estudam mais, implicam o atraso da discussão de questões fundamentais para a unidade de produção, como a preparação profissional do herdeiro, a passagem gradativa do poder paterno, a definição dos novos investimentos na propriedade e as formas de remuneração dos irmãos não sucessores. A discussão prévia e organizada dessas questões é essencial para a reprodução social e econômica das unidades familiares.

O primeiro passo consiste em eliminar a idéia negativa que os jovens têm sobre a atividade agrícola e a vida no campo. A partir disso, é preciso reconhecer a heterogeneidade da juventude rural e as distintas necessidades das diferentes etapas da vida juvenil; reconhecer a capacidade do jovem ser o ator decisivo na construção do seu futuro profissional; superar a discriminação de gênero; e, criar espaços de participação para os jovens.

Um dos principais desafios que se coloca para a agricultura familiar, é a formação de uma nova geração de agricultores. Para enfrentar esse desafio, temos dois fatores decisivos a nosso favor: primeiro, o interesse dos pais em que pelo menos um filho permaneça na propriedade; segundo, no meio rural, existem, ainda, jovens que querem continuar na agricultura.



Família Pavlak, Vera Cruz do Oeste - PR
Acervo: COOPERIGUAÇU

No entanto, isso não é suficiente. É preciso compreender que a preparação de uma nova geração de agricultores não é só uma responsabilidade da família. É necessária, também, uma política pública específica para jovens do meio rural, que contenha, no mínimo, as seguintes ações: **i) Educação e formação profissional**, que vise preparar os jovens para enfrentar os novos desafios que se colocam para a agricultura e, sobretudo, recuperar o atraso educacional dos jovens que não puderam avançar na sua educação formal; **ii) Reordenamento fundiário**, construir uma política pública que seja capaz de fazer com que as propriedades que não têm mais sucessores possam passar para as mãos de jovens que querem continuar na agricultura e que não vão ter a oportunidade de herdar a propriedade de seus pais. **iii) Criação de um programa de moradia para o meio rural**, que atenda preferencialmente os agricultores mais pobres; **iv) Fortalecimento de novas oportunidades de renda no meio rural**, entre elas aquelas ligadas à inovação, agregação de valor e empreendedorismo; novos formatos técnicos produtivos como a agroecologia e a produção orgânica; a produção de produtos diferenciados pela sua procedência e cuidados com o manejo de recursos naturais; o conjunto de atividades identificadas com o turismo rural em modalidades tais como o agroturismo, o ecoturismo, o turismo cultural, turismo esportivo, turismo ecológico e os hotéis-fazenda. Ou seja, aquele conjunto de atividades que dêem autonomia e independência aos agricultores familiares. **v) Criação de mecanismos legais que incentivem a sucessão**, eliminando os custos de transmissão das propriedades de pais para filhos e criação de uma linha de crédito a fundo perdido para jovens que assumem as unidades paternas e queiram investir em inovações produtivas; **vi) Compensação sócio-ambiental**, através da criação de uma legislação pública que remunere o agricultor familiar por serviços ambientais de preservação dos recursos naturais.



Pesquisando...

Juntamente com os demais membros familiares, recupere a trajetória da sucessão hereditária nas suas famílias de origem, relacione com o estado atual da sua unidade de produção. Identifique quais são os projetos de vida futura de seus filhos e filhas, se pretendem permanecer na propriedade e quais atividades pretendem realizar. Neste caso, de que forma pretende realizar o processo sucessório na sua família?

Anote:





Programas Nacional de Alimentação Escolar PNAE

Problematizando...

Tendo em vista o fortalecimento da Agricultura Familiar e de promover uma maior diversificação das estratégias produtivas para o meio rural o Governo implementa uma série de políticas públicas. Dentre elas destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o qual prevê que no mínimo 30% desta alimentação seja fornecida pela Agricultura Familiar. Neste sentido, estamos organizados para participar, temos produtos para oferecer, sabemos como acessar?

Alimentação Escolar que Vem da Agricultura Familiar

Janaina Bianconi¹¹
Sandra Jung de Mattos¹²

Todos que fazem parte do contexto das escolas e da agricultura familiar ganham com a aquisição de alimentos produzidos no campo para abastecimento das escolas no atendimento da alimentação escolar.

A importância da merenda escolar está comprovada em inúmeros estudos e pesquisas. Um trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), publicado em 2003, revela que, para 50% dos alunos da região Nordeste, a merenda escolar é considerada a principal refeição do dia. Na região Norte, esse índice sobe para 56%. A má qualidade da alimentação nas escolas, portanto, é um dos principais fatores que comprometem a segurança alimentar da população jovem brasileira. Dados de 2005 da Chamada Nutricional, realizada na região do Semi-árido brasileiro, revelam formas crônicas de desnutrição das crianças de até 5 anos na ordem de 10% na classe socio-econômica e de 6,8% na classe D. Outros levantamentos apontam uma crescente incidência de casos de obesidade infantil, decorrente, em grande parte, da mudança dos hábitos alimentares dos jovens em direção ao consumo diário das chamadas fast-foods e dos produtos vendidos nas cantinas escolares, tais como refrigerantes, salgadinhos e frituras.

Diante dessa realidade, a Ação Fome Zero considera que uma alimentação escolar de qualidade é um instrumento fundamental para a recuperação de hábitos alimentares saudáveis e, sobretudo, para a promoção da segurança alimentar das crianças e jovens do Brasil. E acredita, principalmente, que promover uma alimentação escolar de qualidade é trabalhar por uma melhor educação pública no país, porque bons níveis educacionais também são resultado de alunos bem alimentados e aptos a desenvolver todo o seu potencial de aprendizagem. Uma merenda saudável e nutritiva é, nesse sentido, base para o crescimento das gerações que construirão o futuro deste país.

¹¹ Economista Doméstica, Especialista em Nutrição Humana e Saúde (UFPA) - UNICAFES/PR

¹² Pedagoga, Especialista em Educação do Campo - COOPAFI - Coronel Vivida.

Oportunidades e Desafios da Lei 11.947/2009

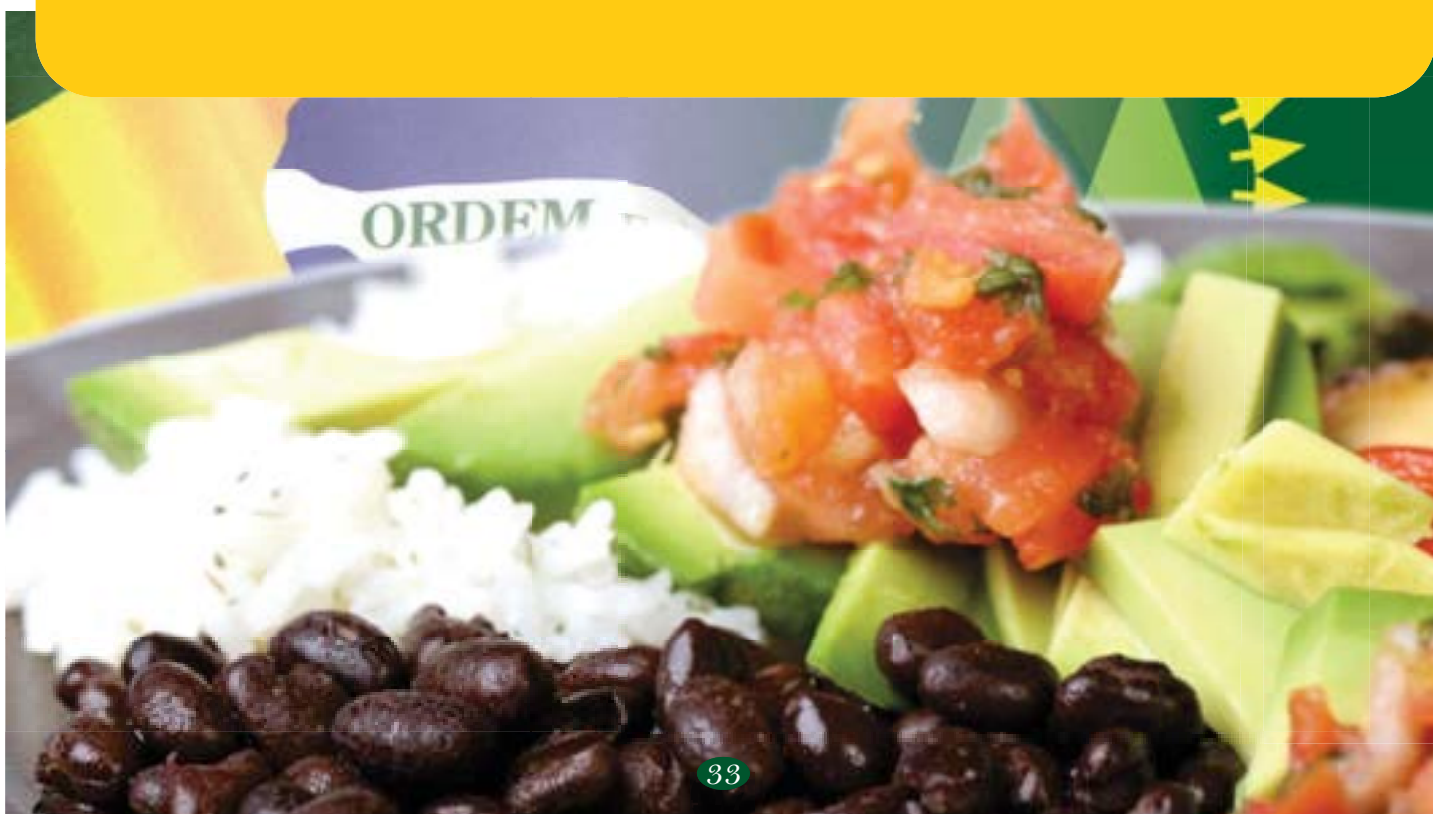
São inúmeras as oportunidades e desafios que se apresentam junto a nova dinâmica de aquisição de alimentos para a alimentação escolar.

A capacidade de produção da Agricultura familiar como fornecedora de alimentos diversificados e de qualidade, promoverá um efeito em cadeia de conscientização crescente da sociedade pela necessidade de hábitos alimentares saudáveis, preservação das tradições alimentares locais e produção com baixo impacto local.

Sensibilizando as Prefeituras para vislumbrar o PNAE como instrumento de desenvolvimento local, pois a garantia de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar com quantidades, periodicidade e preços negociados previamente também causaram segurança alimentar pois o agricultor familiar inserido nesse contexto terá uma produção planejada em sazonalidade da diversidade produtiva e segurança do alimento em qualidade na produção e processamento especializado. Muito além da distribuição de alimentos também as prefeituras sentirão o aumento da circulação de riquezas no âmbito local, do dinamismo na economia local e desconcentração de renda regional, estimulando outras atividades e produção de novos produtos

A visão de futuro que a UNICAFES/PR tem para a Agricultura Familiar, através de suas cooperativas, inseridas no fornecimento de gêneros alimentícios para o PNAE, de que de forma sustentável contribuindo para o fornecimento dos processos sociais organizativos da agricultura familiar e de sua qualificação em procedimentos comerciais, vem garantir o aprimoramento da qualidade desta alimentação, a manutenção e a apropriação de hábitos alimentares saudáveis e para o desenvolvimento local sustentável.

Você sabia que os três estados do Sul do Brasil são vistos como celeiro de abastecimento para alimentação escolar com gêneros alimentícios provindos da agricultura familiar. Estes estados juntos produzem cerca de 00 vezes mais a sua capacidade de consumo.



Dinâmica da Lei 11947/2009

A Lei da Alimentação Escolar 11.947/2009 define a alimentação escolar como um direito humano e incorpora dimensões estratégicas para a promoção da soberania alimentar e nutricional dos educandos, quanto à valorização da cultura alimentar e da produção local; inclusão da educação alimentar e nutricional no projeto pedagógico da escola; promoção e saúde do educando e fortalecimento da agricultura familiar.

A Lei beneficiara a agricultura familiar como: assentados da reforma agrária, agroextrativistas, indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais. A Lei define ser obrigatória a destinação de no mínimo 30% dos recursos do PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar compra de alimentos diretos da agricultura familiar dispensando o processo licitatório.

Para quem produz alimentos, a iniciativa contribui para que a agricultura familiar se organize buscando mais qualificação nas ações comerciais. Para quem adquire esses produtos, o resultado deste avanço é mais qualidade da alimentação, manutenção e apropriação de hábitos alimentares saudáveis e desenvolvimento local de forma sustentável.

Para promover a construção entre a agricultura familiar e a alimentação escolar é preciso que todos conheçam os princípios e diretrizes estabelecidas pelo PNAE:

- alimentação saudável adequada;
- respeito à cultura, às tradições e aos hábitos alimentares saudáveis;
- controle social;
- segurança alimentar e nutricional;
- desenvolvimento sustentável que significa adquirir gêneros alimentícios diversificados, produzidos localmente.

A participação dos agricultores familiares no processo de consolidação desta política pública como agentes responsáveis para concretizar os objetivos da Lei, envolvendo entidades da agricultura familiar através de organizações formais e informais para responderem local e regionalmente pela produção de alimentos a atender alimentação escolar.

Outro aspecto importante é a integração e a procura de conhecimento do agricultor (a) familiar de como fazer parte deste processo e poder ajudar no andamento deste programa:

1 – Ser agricultor (a) identificado (a) com Dap – Declaração de Aptidão ao Pronaf: segundo a Lei 11326/2006 é considerada agricultura familiar àquele que pratica atividade no meio rural, possuem área menor a quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar e gerenciamento vinculado ao próprio estabelecimento. Também são considerados agricultores familiares os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

2 – Planejar a produção de alimentos conforme a demanda do município e/ou região;

3 – Fazer parte de um grupo formal: cooperativas e outras organizações da agricultura familiar, onde estará recebendo apoio necessário para organização da produção e encaminhamento da documentação necessária para formalização do processo de comercialização.

Como esse novo espaço que se abre no mercado de alimentos para alimentação escolar, a agricultura familiar tem mais uma oportunidade importante de comercialização de forma segura e rentável. Porém, é preciso se organizar. Agricultores (as) organizados tem mais força nas discussões para a

organização da produção e facilitar o acesso a esta política pública do PNAE que é uma conquista para a agricultura familiar.

Essa também é uma forma de mostrar a sociedade que agricultura familiar é produtora de alimentos e de qualidade, superando o combate a pobreza rural, garantia de segurança alimentar, geração de renda e agregação de valor e sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Desafios:

Para promover a compra da Agricultura Familiar deverá ter a participação de várias entidades da agricultura familiar em articulação com as secretarias municipais de educação para suprir os desafios na área de certificação dos alimentos oferecidos pela agricultura familiar;

- Capacitação dos agricultores (as) familiares na produção de forma sustentável;
- Discussão sobre os preços praticados diante da qualidade do produto;
- Regularidade de entrega;
- Buscar pela produção orgânica e agroecológica.

Nesse sentido o objetivo é convocar os agricultores familiares para que façam parte deste processo, se envolvendo com as organizações da agricultura familiar, para que esta Lei saia do papel. Pois com diálogo e interação entre os governos e as organizações se amplia todo este processo na construção de diferentes concepções de qualidade dos produtos, que vão além das sanitárias e nutricionais, mas que atentem para o modo de produção, para a cultura, para o saber fazer, para o cultivo de tradições e hábitos locais, incentivo à participação e controle social de todos os órgãos responsáveis pelo desenvolvimento local e regional.



Pesquisando...

Reúna-se com seus vizinhos e visitem as entidades organizativas e juntos analisem a possibilidade de produzirem alimentos para o Programa de Alimentação Escolar, bem como de outros programas, como por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, feiras locais.

Anote:



Carta da Terra

PREÂMBULO

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro reserva, ao mesmo tempo, grande perigo e grande esperança. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos nos juntar para gerar uma sociedade sustentável global fundada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade de vida e com as futuras gerações.

TERRA, NOSSO LAR

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, é viva como uma comunidade de vida incomparável. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade de vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todos os povos. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

A SITUAÇÃO GLOBAL

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, esgotamento dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e a diferença entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causas de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

DESAFIOS FUTUROS

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais em nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem supridas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais e não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos no meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados e juntos podemos forjar soluções inclusivas. (...).

Fonte: Carta da Terra Brasil, 1999.

